



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2011 a AGOSTO/2012

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **segundo quadrimestre do exercício de 2012**. Os dados estão disponíveis a partir desta data no site do Tribunal de Justiça (www.tjsc.jus.br).

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>973.039.693,85</b>	-
Pessoal Ativo	825.660.470,63	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	39.956.057,26	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	785.704.413,37	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	147.379.223,22	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	147.379.223,22	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<b>203.331.661,65</b>	-
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.136.466,05	-
Decorrentes de Decisão Judicial	35.963.235,38	-
Despesas de Exercícios Anteriores	42.218.440,87	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	111.013.519,35	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	<b>769.708.032,20</b>	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	<b>769.708.032,20</b>	-

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.292.790.588,18	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,39%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	857.567.435,29	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	814.689.063,53	

FONTE: Balancete Unidade Gestora e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juizes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos) não foram consideradas.

Florianópolis, 21 de setembro de 2012

Des. Cláudio Barreto Dutra  
Presidente

Ricardo Lentz  
Diretor de Orçamento e Finanças

Ivan Bertoldi  
Coordenador de Auditoria Interna